

CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

ANAIRAN ASSUNÇÃO MEDEIROS

**OCUPAÇÃO LABORAL DOS HOMENS TRANS
BRASILEIROS:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DOS DESAFIOS E
POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Rio de Janeiro

2023

ANAIKAN ASSUNÇÃO MEDEIROS
PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO (Orientador Externo)
LÊDA GLICÉRIO MENDONÇA (Orientadora Interna)

**OCUPAÇÃO LABORAL DOS HOMENS TRANS BRASILEIROS:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DOS DESAFIOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Artigo apresentado ao Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Terapia Ocupacional.

RIO DE JANEIRO

2023

CIP - Catalogação na Publicação
Bibliotecária: Alane Elias Souza – CRB7 6321

M488o Medeiros, Anairan Assunção

Ocupação laboral dos homens trans brasileiros : uma revisão integrativa dos desafios e possíveis soluções / Anairan Assunção Medeiros - Rio de Janeiro, 2023.

24 f. : il.

Orientação: Lêda Glicério Mendonça.

Coorientação: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.

Trabalho de conclusão de curso (graduação), Bacharelado em Terapia Ocupacional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Realengo, 2023.

1. Terapia Ocupacional. 2. Homem Transexual. 3. Trabalho. 4. Brasil. I. Mendonça, Lêda Glicério, orient. II. Bicalho, Pedro Paulo Gastalho, coorient. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. IV. Título

CDU 615.851.3

ANAIRAN ASSUNÇÃO MEDEIROS

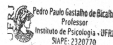
**OCUPAÇÃO LABORAL DOS HOMENS TRANS BRASILEIROS:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DOS DESAFIOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Artigo apresentado ao Instituto Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em
Terapia Ocupacional

Aprovada em: 14 / 12 / 2023

Conceito: 10 (DEZ).

Banca examinadora

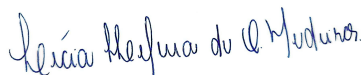
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - (Orientador Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Documento assinado digitalmente



LEDA GLICERIO MENDONÇA
Data: 14/12/2023 16:13:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dsc. Lêda Glicério Mendonça - (Orientador Interno)
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)



Lícia Helena de Oliveira Medeiros (Membro Interno)
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Documento assinado digitalmente



LUCAS ALEXANDRE BAIA BARBOSA
Data: 15/12/2023 20:57:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Alexandre Baia Barbosa - (Membro Externo)
Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRP-MA)

Dedico este trabalho aos corpos dissidentes de identidade de gênero e de orientação sexual, que lutam todos os dias para (r)existir, e em memória dos que não conseguiram resistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Mariana Assunção, por me criar para o mundo e não para si, por cada abraço, conselho e incentivo, e por me levantar todas as vezes que meu corpo e mente ameaçaram cair.

Ao meu pai, Alyson Medeiros, por se reinventar incansavelmente para me dar todo o suporte e apoio necessários para que eu realizasse meu (nosso) sonho.

Aos meus irmãos, Amanda Medeiros, Ian Antony Medeiros e Rafael Medeiros, por serem minha motivação, meu ombro amigo e meu porto seguro, e por enxugarem minhas lágrimas (enquanto choravam comigo).

Ao meu padrinho, Alfredo Assunção, e ao meu tio, Pedro Paulo Bicalho, por me acolherem em sua casa e em suas vidas, além de me darem orientação, suporte e exemplos que carregarei comigo para todo sempre.

À minha família, por me ensinar a como amar e ser amada, por me permitir voar, mas sem deixar de ser o meu lar, e por continuar presente mesmo com tanta distância física.

Aos meus amores de quatro patas, que me fizeram companhia nos dias alegres, me esquentaram nas noites frias e sempre comemoraram o meu retorno.

Aos meus grandes amigos, em especial Clarice Lessa, Brian Gomes, Rodrigo Merigueti, Stanley Lopes, Yasmini Cardoso, Gabryelle Lima e Victor Andrade, por serem minha segunda (porém não menos importante) família, por abraçarem meu lado azul, acolherem minhas dores, sorrirem meus sorrisos e serem meus companheiros de vida.

À minha orientadora de projeto de iniciação científica, Adriana Macedo, pela paciência, dedicação, companheirismo e debates enriquecedores, ao longo de tantos anos de formação.

À minha orientadora de trabalho de conclusão de curso, Lêda Mendonça, pela atenção, ensinamentos, suporte e trocas de experiências, além de me ajudar a tornar possível de acontecer a minha sonhada pesquisa.

Ao Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) do IFRJ *Campus* Realengo e seus membros, por me fornecerem um espaço de estudo, aperfeiçoamento e reflexão crítica

Aos meus colegas de turma, colegas de estágio, preceptores de estágio, professoras, funcionários do IFRJ *Campus* Realengo e todos que contribuíram de alguma forma para que hoje eu me tornasse uma terapeuta ocupacional humana e orgulhosa de sua futura profissão.

A escuridão não pode expulsar a
escuridão, apenas a luz pode fazer isso.
O ódio não pode expulsar o ódio, só o
amor pode fazer isso.

Martin Luther King JR

RESUMO

Cidadãos e cidadãs de um país de regime capitalista, os brasileiros e as brasileiras têm o trabalho como uma de suas principais ocupações - ou deveriam ter. Espelhando a cultura da sociedade, o mercado de trabalho do Brasil demonstra um ambiente transfóbico e hostil para os homens trans, restringindo e negando a sua entrada. Através de uma revisão integrativa, o artigo em questão objetiva verificar o avanço das discussões na comunidade científica atual (2013 a 2023) sobre os desafios que a população transmasculina brasileira enfrenta ao (tentar) exercer a ocupação laboral e quais as possíveis soluções para contorná-los. Apesar do baixo quantitativo de estudos sobre, os seis artigos que atenderam aos critérios de inclusão demonstram que o preconceito, o estigma e a discriminação, além da desassistência do Estado, geram consequências que afetam direta e indiretamente a empregabilidade deste recorte populacional. Em contrapartida, a evidência disponível salienta a necessidade de mais estudos sobre e da criação de políticas públicas que atendam tais necessidades, em conjunto com o apoio da família, dos amigos e da sociedade.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Homem Transexual. Trabalho. Brasil.

ABSTRACT

Citizens of a country with a capitalist regime, Brazilians men and women have work as one of their main occupations - or should have. Mirroring society's culture, Brazil's job market demonstrates a transphobic and hostile environment for trans men, restricting and denying their entry. Through an integrative review, the article in question aims to verify the progress of discussions in the current scientific community (2013 to 2023) about the challenges that the Brazilian transmasculine population faces when (trying) to exercise employment and what are the possible solutions to overcome them. Despite the low number of studies, the six articles that met the inclusion criteria demonstrate that prejudice, stigma and discrimination, in addition to lack of assistance from the State, generate consequences that directly and indirectly affect the employability of this population. On the other hand, the available evidence highlights the need for more studies on and the creation of public policies that meet these needs, together with the support of family, friends and society.

Keywords: Occupational Therapy. Transsexual Man. Job. Brazil.

INTRODUÇÃO

No último quartel do século XIX, o Brasil iniciou a transição de uma sociedade agrária-escravista para um Estado capitalista (POCHMANN, 2017). A partir de então, o trabalho livre, isto é, o assalariado, começou a ser estabelecido (LARA, 1998). O capitalismo financeiro sofreu várias mudanças com a globalização e mundialização da economia, até chegar a uma versão neoliberal no final do século XX e início do século XXI (FERREIRA; VICENTE, 2016).

A constituição brasileira garante o direito à vida, à igualdade e à segurança pessoal, sem distinção de qualquer natureza, além de resguardar o direito do indivíduo de não ser tratado de forma desumana, degradante ou torturante e o direito ao exercício livre de qualquer ofício, trabalho ou profissão (BRASIL, 1988). Ainda assim, trata-se de um dos países mais inseguros para LGBTQ+, principalmente mediante um governo de extrema direita (VIEIRA, 2021).

O mercado de trabalho é influenciado por todo o contexto mundial e pela cultura do povo (MUTCHNIK, 2010). No caso do Brasil, enquanto país que mais mata transexuais¹ e travestis² no mundo, o mercado de trabalho reflete a transfobia da sociedade, dificultando o acesso destes e, em alguns casos, o impossibilitando por completo (BENEVIDES, 2023).

Existem muitos estudiosos que se dedicam em analisar e compreender esse fenômeno da discrepante disparidade entre o que está no papel e o que é na prática. Entretanto, mesmo com a preocupação e esforço para trazer à luz os marginalizados pela sociedade, algumas parcelas da população permanecem no esquecimento. Há numerosos artigos científicos sobre as identidades trans femininas, contemplando as mais diversas áreas, inclusive a empregabilidade, mas há poucos acerca da realidade das identidades trans masculinas³.

¹ “Termo utilizado para identificar pessoas não-cisgêneras, a partir de uma categorização biomédica.” (CRP-03, 2018).

² “Identidade de gênero transgênera e feminina.” (CRP-03, 2018).

³ “Homem trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero masculino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero feminino ao nascer.” (REIS, 2018, p. 31).

Ao considerar que o ambiente influencia no desenvolvimento das ocupações⁴ (MUTCHNIK, 2010), na sociedade capitalista uma das principais ocupações é a laboral, deste modo, um dos mais recorrentes papéis ocupacionais é o de trabalhador (OAKLEY et al., 1986; MUTCHNIK, 2010). Os papéis ocupacionais são determinantes na identidade do indivíduo, conduz as expectativas sociais e possibilita a sensação de realização (BRANHOLM; FUGL-MEYER, 1994; CORDEIRO, 2005; MUTCHNIK, 2010). Dentro deles são desempenhadas as atividades, em destaque as de trabalho - sejam remuneradas ou voluntárias - que correspondem a uma das categorias das áreas da atividade de vida diária (AVD) ou das áreas de desempenho ocupacional (AOTA, 2002; CORDEIRO, 2005).

O desempenho nas atividades - ou “funções ocupacionais” - é importante para o processo de adaptação biopsicossocial do ser humano (MUTCHNIK, 2010), enquanto o desempenho nos papéis ocupacionais é importante para que se viva de forma produtiva e independente (HALLET et al., 1994; CORDEIRO, 2005). Todavia, processos traumáticos e/ou desestruturantes podem afetar o desempenho dos indivíduos nestes papéis, ao ponto de perdê-los, o que impacta na sua autoimagem (MUTCHNIK, 2010).

O principal foco da atuação do terapeuta ocupacional são os papéis ocupacionais (CORDEIRO, 2005). O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) define este profissional como:

[...] profissional de Saúde, devidamente registrado em seu Conselho Regional, com formação acadêmica superior, habilitado a avaliar o cliente, buscando identificar alterações nas suas funções práticas, considerando sua faixa etária e/ou desenvolvimento da sua formação pessoal, familiar e social. A partir desta avaliação, traça o projeto terapêutico indicado; que deverá, resolutivamente, favorecer o desenvolvimento e/ou aprimoramento das capacidades psico-ocupacionais remanescentes e a melhoria do estado psicológico, social, laborativo e de lazer. (CREFITO-18).

⁴ “O termo *ocupação* [...] refere-se às atividades de vida diária nas quais as pessoas se envolvem. [...] Ocupações ocorrem ao longo do tempo; têm um propósito, significado e utilidade [...]; e podem ser observadas por outras pessoas [...] ou ser percebida apenas por pessoa em questão [...]. Ocupações podem envolver a execução de múltiplas atividades para a sua conclusão e podem resultar em vários efeitos.” (AOTA, 2015, p. 6).

Nesse panorama e em face do expressivo índice de estudos sobre mulheres trans⁵ e travestis em contraste com a invisibilidade dos homens trans, o objetivo do artigo é verificar como está o avanço nas discussões na comunidade científica sobre os desafios que a população transmasculina brasileira enfrenta ao (tentar) exercer a ocupação laboral e quais as possíveis soluções para contorná-los.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura sobre a produção de artigos científicos que se referem à ocupação laboral das pessoas trans masculinas. Para atingir o proposto, o processo de elaboração da revisão segue o passo a passo indicado por Souza, Silva e Carvalho (2010) e tem a seguinte questão de pesquisa: “Quais são os avanços na atual literatura sobre os desafios dos homens trans em trabalhar no Brasil?”.

O recorte temporal foi dos últimos 10 anos (agosto de 2013 a agosto de 2023) e a busca foi realizada em setembro de 2023, nas bases de dados eletrônicos *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *MEDLINE/PubMed* (via *National Library of Medicine*).

Utilizou-se a mesma matriz de busca em todos os bancos de dados, com as palavras-chaves em inglês, abrangidas nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), “*transgender persons*”, “*employment*”, “*work*” e “*Brazil*”. Também foram incluídos na consulta os termos alternativos, abarcado pelo DeCS, “*transexual*” e “*transgender*”, além dos outros termos “*transexual man*”, “*labor market*”, “*job*” e “*capitalism*” (Tabela 1).

Tabela 1 - Base de dados, expressão de busca e resultados encontrados

Base de Dados	Expressão de Busca	Resultados
SciELO	<i>(“employment” or “labor market” or “job” or “work” or “capitalism”) AND (“transsexual man” or “transgender people” or “transgender” or</i>	13

⁵ “Mulher trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero masculino ao nascer.” (REIS, 2018, p. 30).

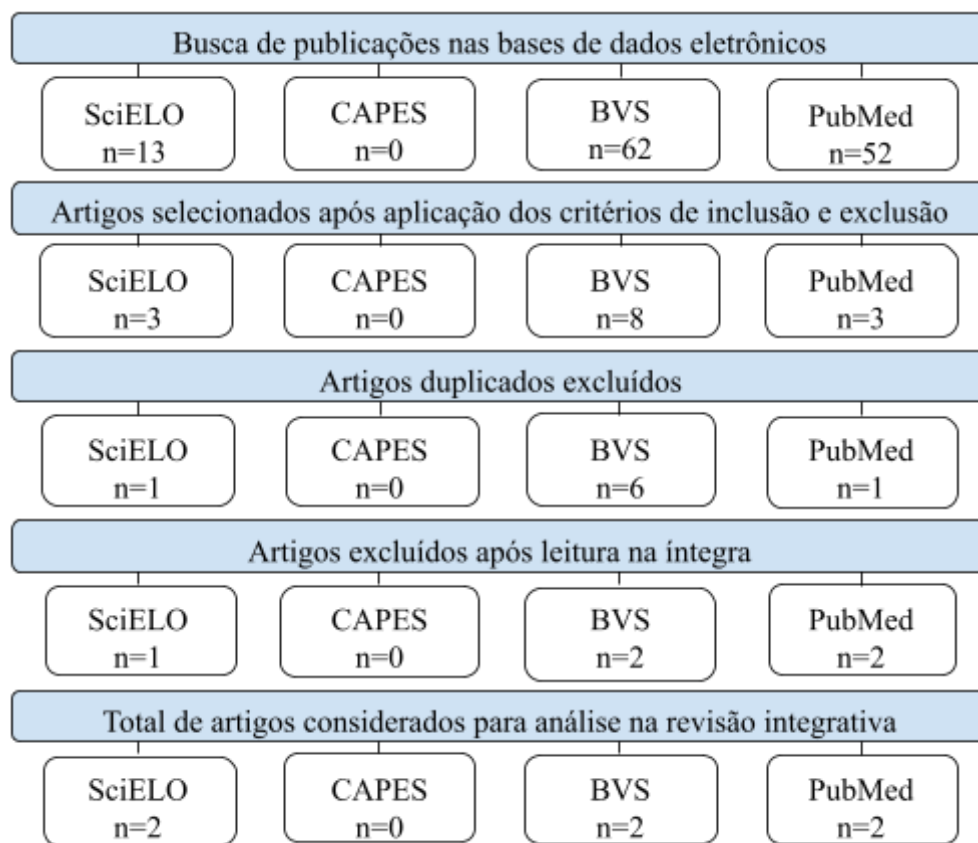
	<i>“transsexual”) AND (“Brazil”</i>	
CAPEs	<i>(“employment” or “labor market” or “job” or “work” or “capitalism”) AND (“transsexual man” or “transgender people” or “transgender” or “transsexual”) AND (“Brazil”</i>	0
BVS	<i>(“employment” or “labor market” or “job” or “work” or “capitalism”) AND (“transsexual man” or “transgender people” or “transgender” or “transsexual”) AND (“Brazil”</i>	62
MEDLINE/PubMed	<i>(“employment” or “labor market” or “job” or “work” or “capitalism”) AND (“transsexual man” or “transgender people” or “transgender” or “transsexual”) AND (“Brazil”</i>	52
Total de busca de artigos		127

Fonte: O autor (2023).

Nos critérios de inclusão, incluíram-se: estudos publicados na língua portuguesa, oficial do país alvo da pesquisa, e nas línguas estrangeiras inglesa e espanhola, desde que trouxessem a realidade brasileira; artigos científicos disponíveis em versão eletrônica e de livre acesso (Figura 1).

Nos critérios de exclusão, excluíram-se: textos que não abordavam homens trans e/ou empregabilidade e/ou realidades brasileiras; artigos científicos sem livre acesso; estudos do tipo dissertação de mestrado, tese de doutorado, relato de experiência, artigo de divulgação e artigo suplementar; publicações anteriores a agosto de 2013 e posteriores a agosto de 2023.

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção



Fonte: O autor (2023).

Não foram utilizados filtros de busca nas pesquisas e foram realizadas, respectivamente, nas bases *SciELO*, Periódicos CAPES, BVS e *MEDLINE/PubMed*. Na *SciELO*, dos 13 estudos encontrados, foram excluídos: 7 por não abordarem homens trans; 3 por não abordarem empregabilidade; e 1 por ser duplicado. Dos 2 selecionados, ambos estão na língua portuguesa.

Na BVS, dos 62 estudos encontrados, foram excluídos: 34 por não abordarem homens trans; 8 por não abordarem empregabilidade; 4 por não serem de livre acesso; 4 por serem anteriores a 2013; 6 por serem duplicados (na própria base ou nas pesquisadas primeiro); 2 por serem dissertações de mestrado; e 2 por serem relatos de experiência. Dos 2 selecionados, 1 está na língua portuguesa e 1 na inglesa.

Na *PubMed*, dos 52 estudos encontrados, foram excluídos: 19 por não abordarem homens trans; 12 por não abordarem empregabilidade; 5 por não trazerem realidades brasileiras; 5 por não serem de livre acesso; 5 por serem

anteriores a 2013; 1 por ser duplicado (na própria base ou nas pesquisadas primeiro); 1 por ser artigo de divulgação; e 1 por ser artigo suplementar. Dos 2 selecionados, todos estão na língua inglesa.

Por fim, identificou-se 127 documentos na primeira seleção e, destes, 6 foram selecionados para constituir o corpus desse breve panorama. Após leitura na íntegra, analisaram-se os dados e os submeteram a processos de categorização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para caracterizar o corpus da pesquisa, observa-se que, apesar da busca abranger estudos desde 2013, todos os selecionados são dos anos mais recentes (2020 a 2023). Metade deles traz dados da população brasileira como um todo, enquanto dois são de estados específicos do Brasil (São Paulo e Santa Catarina) e um aborda outros países do continente americano.

Destaca-se também o baixo quantitativo de textos que se encaixaram nos critérios de inclusão, onde 47,24% (60) foram excluídos por não contemplarem realidades transmasculinas, ao retratar apenas mulheres trans e travestis, enquanto 18,11% (23) não abordavam sobre a empregabilidade e 7,1% (9) não eram de livre acesso. De acordo com a cronologia, a análise dos textos é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Os desafios na empregabilidade das pessoas transmasculinas brasileiras e as possíveis soluções trazidos nos estudos

Nº	Ano	Autores	Título do Artigo	Localização do Público Estudado
01	2020	GARCIA; SILVA; SANCHEZ	Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil	Brasil
02	2020	SILVA; LUPPI; VERAS	Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil	São Paulo

03	2020	LOPES <i>et al.</i>	Você não responde ao perfil: representações sociais sobre o mercado de trabalho para transexuais	Santa Catarina
04	2022	PIZARRO <i>et al.</i>	<i>Consideraciones en población transgénero respecto a la infección por VIH, terapia antiretroviral, profilaxis preexposición (PreP) e interacción con tratamiento de reafirmación de género</i>	Estados Unidos e América Latina
05	2022	GUADAGNIN <i>et al.</i>	<i>The Impact of the COVID-19 Pandemic on the Lives of People With Gender Dysphoria</i>	Brasil
06	2023	GOMES <i>et al.</i>	<i>Food insecurity in a Brazilian transgender sample during the COVID-19 pandemic</i>	Brasil

Fonte: O autor (2023).

Perante limitações dos estudos, os artigos n° 01 e 04 não apresentaram nenhum no decorrer dos textos. Em contrapartida, o n° 02 expõe um possível viés na seleção dos participantes e esclarece que o desenho do estudo inicial não foi realizado especificamente para a investigação da inserção de pessoas trans no mercado de trabalho. Já o n° 06 e 03 apresentam um baixo quantitativo de participantes na pesquisa, além dos participantes do último terem a escolaridade acima da média para a população em questão. Por fim, o n° 05 levanta como limitações o fato de não haver um grupo comparativo na pesquisa, somado com a incapacidade generalizadora dos resultados, no âmbito de local e identidade de gênero, e o formato online da coleta de dados.

Desafios na empregabilidade transmasculina brasileira

No âmbito dos desafios na empregabilidade, Garcia, Silva e Sanchez (2020) (n° 01) trazem em seus estudos um resgate histórico da construção e naturalização do ódio a determinadas populações, em destaque transexuais, travestis e negras, que, de acordo com os autores, surge no capitalismo e se intensifica no neoliberalismo. Os crimes de ódio que fundamentam os desafios que os homens

trans deparam ao (tentar) construir vínculos empregatícios se pautam por valores colonialistas e oriunda da mentalidade ocidental, cujo qual é estruturada na exotificação e na eliminação dos corpos não correspondentes ao padrão “homem branco viril”. Os jovens trans negros ou pardos (entre 16 e 29 anos) são os que estatisticamente mais sofrem violências e enfrentam resistência no mercado de trabalho formal.

Lopes *et al.* (2020) (n° 03) defendem que as representações sociais sobre pessoas trans afetam a empregabilidade destes e suas perspectivas de futuro no mercado de trabalho. Em muitos casos, o estigma, o preconceito e a discriminação levam ao abandono precoce da escola e a uma consequente baixa escolaridade. Assim, tornam a prostituição como única forma de ter uma fonte de renda e de sobrevivência ou de ter possibilidade de alcançar objetivos futuros. Dado este também confirmado no estudo dos Pizarro *et al.* (2022) (n° 04) e Guadagnin *et al.* (2022) (n° 05), onde trazem que as pessoas trans são vítimas de isolamento e estigma social, o que gera uma escassez de opções de emprego, afeta a renda e, por consequência, aumenta a inserção no comércio sexual.

Em comparativo com a população geral (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020) (n° 02), os dados alertam um maior número de pessoas trans em trabalho informal (sendo 40% em trabalho sexual), característica esta que acentua a vulnerabilidade do trabalhador devido ao grande número de não contribuintes do INSS neste recorte populacional (80% dos participantes da pesquisa em questão). Ademais, as pessoas trans também têm menores percentuais de nível superior completo (16,2% dos entrevistados) e elevado índice de baixa escolaridade e evasão escolar, dificultando a profissionalização destes.

No relatório de rastreamento de crimes transfóbicos no Brasil da ANTRA, referente ao ano de 2022, a prostituição era ou já foi a fonte primária de renda de 90% da população trans brasileira (BENEVIDES, 2023). Todavia, acredita-se que estas pessoas estão em situação de vulnerabilidade não devido ao tipo de trabalho que exercem, mas sim devido à transfobia e às condições precárias às quais são submetidas.

Na pesquisa de Gomes *et al.* (2023) (n° 06), feita com 109 transexuais (53,2% se identificavam como homens trans), quase metade relatou sofrer preconceito e de

10 a 26% perceberam rejeição no trabalho devido à identidade de gênero. Os autores demonstram a associação do agravamento do preconceito vivenciado por estes ao cenário político e econômico do país, devido ao estabelecimento de um Estado neoliberal e ao desmantelamento de políticas públicas. O estudo evidencia o agravamento da vulnerabilidade sofrida por esta população após a pandemia da COVID-19 e traz a associação da insegurança alimentar com nível de escolaridade, renda e desemprego.

As consequências da transfobia durante a pandemia também são evidenciadas no estudo nº 05 (GUADAGNIN *et al*, 2022), realizado com 48 indivíduos trans (sendo 41,7% [20] masculinos). Perante escolaridade, 16,7% tinham o ensino fundamental incompleto, 45,8% tinham o ensino médio incompleto e 37,5% ensino superior incompleto. No âmbito da empregabilidade, os pesquisadores analisaram as estatísticas no começo, durante e após a pandemia, havendo uma redução de pessoas com trabalho formal (37,5% no final da pesquisa), aumento da quantidade de desempregados (29,2% no final da pesquisa) e o empregado formal diminuiu durante a pandemia mas no fim retornou ao índice inicial (33,3%). Ademais, os autores trazem o seio familiar como o possível começo das vulnerabilidades sociais, que refletem no abandono domiciliar e escolar, decorrendo uma baixa qualificação profissional.

A violência que os homens trans brasileiros sofrem por parte dos seus familiares também é trazida por Cortes *et al*. (2022). Todavia, a vivência em ambientes familiares transfóbicos e tóxicos e a exclusão familiar é algo recorrente para essa população mesmo antes do contexto pandêmico (LANZ, 2014; BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019). A expulsão de casa não é a única forma de violência praticada por parte da família, pois comumente ocorre agressão verbal, psicológica e física. Entretanto, apesar deste cenário alarmante, estima-se que seja ainda pior, devido à elevada taxa de subnotificação (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019; BENEVIDES, 2023).

Aos poucos, a população trans conquista direitos que atenuam a angústia que sofrem no mercado de trabalho, como o direito ao respeito à identidade de gênero e

à orientação sexual⁶, à retificação do prenome⁷ e do sexo⁸ nos documentos civis oficiais - mesmo se não passaram pela cirurgia de redesignação sexual - e ao reconhecimento da identidade de gênero⁹ a partir do nome social (GARCIA; SILVA; SANCHEZ, 2020) (n° 01). Todavia, mesmo com a conquista dos direitos, ainda existe o desafio de acessá-los, como trazido por Lopes *et al.* (2020) (n° 03) ao enfatizar a dificuldade do uso do nome social no ambiente profissional.

Na pesquisa n° 02 (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020), apenas 7% dos participantes (47 de 672) se auto identificavam como homens trans e, destes, 59,4% tinham uma ocupação formal (trabalho com carteira assinada, funcionários públicos municipais, estaduais ou militares, estagiários remunerados e empregadores com CNPJ). Da amostra geral, os dados apontaram que ter 12 anos ou mais de estudo, estar em acompanhamento para o processo transexualizador¹⁰, nunca ter sido preso na vida, ter convênio médico particular e estar realizando algum tipo de acompanhamento médico são fatores associados à inserção das pessoas trans no mercado formal.

Em comparativo com mulheres transexuais e travestis (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020) (n° 02), homens trans têm maior probabilidade de inserção no mercado de trabalho formal, fato este associado à maior passabilidade¹¹ após a cirurgia de redesignação sexual e consequente diminuição da discriminação com a transexualidade, além da discriminação de gênero no ambiente laboral - reprodução do sistema cisgênero - que beneficia a população masculina.

Ainda que a literatura demonstre que os homens trans sofrem menos consequências negativas na empregabilidade do que outras identidades de gênero não cisgênera, esta população claramente está submetida a um “cis-tema” voltado para a sua aniquilação. Ter uma pseudo vantagem sobre outros corpos mais vulneráveis não é o suficiente para garantir a sobrevivência, principalmente ao

⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

⁷ Art 6°, do Decreto n° 8.727, de 28 de abril de 2016.

⁸ Projeto de Lei (PL) 2.745/2019.

⁹ Projeto de Lei (PL) 2.745/2019.

¹⁰ O autor utiliza a expressão “processo transexualizador” para fazer referência a qualquer procedimento que colabore com a passabilidade da pessoa trans, a citar cirurgia de redesignação sexual, tireoplastia e mastectomia. Entretanto, atualmente a comunidade transexual e estudiosos consideram esta expressão transfóbica, uma vez que para ser uma pessoa trans basta considerar-se uma. Trata-se de uma autodeclaração resguardada por lei, onde a ‘identidade de gênero’ independe da ‘expressão de gênero’ ou do fenótipo e genótipo. Sendo assim, a expressão será trocada por “cirurgia de redesignação sexual”, pois é a que melhor se encaixa no que o autor quer exprimir.

¹¹ Aparência em concordância com a identidade de gênero (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020).

considerar o elevado índice de assassinatos por transfobia no Brasil. Como se não bastasse a luta diária pelos direitos básicos - abarcados na constituição, porém insuficientes para dar conta de mudar o cenário - também precisam lutar pela vida.

Possíveis soluções para enfrentamento dos desafios

No âmbito das possíveis soluções para o enfrentamento dos desafios na empregabilidade vivenciados pelos homens trans brasileiros, os artigos nº 04 e 05 não trazem nada a respeito. Já Garcia, Silva e Sanchez (2020) (nº 01) sugerem que haja um questionamento das estruturas econômicas, cujo quais fundamentam-se no neoliberalismo, no ódio colonial e na cultura de extermínio, e que, a partir disso, sejam construídas políticas sociais que criminalizam e vitimizam sujeitos de direitos.

Silva, Luppi e Veras (2020) (nº 02) apontam a necessidade da efetivação da cirurgia de redesignação sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), pois é bastante burocrático e tem uma fila de espera grande e demorada. Entretanto, também é necessário intervenções que vão além das manipulações do corpo - isto é, intervenções que aumentam a passabilidade da pessoa trans, como a cirurgia de redesignação sexual.

Salienta-se a construção de políticas públicas que visam reduzir o estigma e a discriminação e políticas públicas voltadas para as instituições de ensino, pensando na inclusão escolar, na tolerância e no respeito à diversidade. Deste modo, diminuiria a evasão escolar e, por conseguinte, o índice de baixa escolaridade, além de melhorar o acesso à educação e à qualificação profissional desta população (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020; LOPES *et al.*, 2020) (nº 02 e 03, respectivamente).

Outros autores também apresentam a carência de políticas públicas que atendam às demandas específicas para o enfrentamento das violências contra pessoas trans, de modo a garantir o direito à autodeclaração de gênero, à retificação do prenome e do gênero nos documentos, à segurança nos ambientes públicos, religiosos e familiares e à inclusão escolar e no mercado de trabalho formal, além da luta contra o retrocesso dos direitos conquistados até agora (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019; BENEVIDES, 2023).

Lopes *et al.* (2020) (n° 03) concluem que, através das representações sociais, deve-se intervir para que essa população acesse o direito à cidadania que lhe tem sido negado de diversas formas. Para exemplo, Cortes *et al.* (2022) ressaltam que, embora as leis específicas para tais sejam nacionais, a implementação é feita a nível municipal e estadual, o que abre brecha para situações como, além do nome social só ser possível de ser adquirido em alguns dos estados brasileiros, ocorre de só ser válido no estado de registro e desvalidado nos outros.

Quanto às pessoas trans em trabalho sexual, Benevides (2023) sugere a inclusão destes nos planos de proteção social e o estabelecimento de políticas emergenciais para contornar os impactos da pandemia da COVID-19. Todavia, para que as pessoas não dependam da venda do sexo como meio de sobrevivência, a autora aconselha a criação e implementação de medidas antidiscriminatórias, que atuam no seio familiar, na escola e no emprego, e o apoio e incentivo de ações de enfrentamento da vulnerabilidade, da fome e do desemprego.

As dificuldades enfrentadas pelos homens trans, além de serem muitas, são difíceis de contornar, mas o apoio e aceitação da família, dos amigos e da sociedade são importantes incentivos para estas pessoas. Desta forma, é possível construir um ambiente melhor para que, mesmo que não consigam evitar ter que lidar com as possíveis situações de estigma, discriminação e violência, ao menos lidem de forma mais resiliente (CORTES *et al.*, 2022). “A resistência do amor às normas e vínculos da cultura cisheteronormativa é um processo libertário.” (p. 360, tradução própria).

Apesar das numerosas sugestões que a literatura traz para o enfrentamento dos desafios na empregabilidade, principalmente no âmbito político, Senne *et al.* (2022) ressaltam as lacunas científicas significativas que existem nos estudos sobre a população em questão, o que leva ao baixo grau de evidência científica para embasar as orientações.

Logo, Gomes *et al.* (2023) (n° 06) enfatizam a importância de haver mais estudos que demonstrem o impacto na renda e no trabalho que os trans estão sujeitos devido à transfobia. Em complemento, Benevides (2023) propõe o investimento em pesquisas e mapeamento das necessidades específicas dos jovens trans e dos seus familiares e responsáveis, pois, como demonstra Garcia, Silva e

Sanchez (2020) (nº 01), é nesta faixa etária que se concentra a estatística de violência e resistência no mercado de trabalho formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura científica demonstra que a população transexual masculina brasileira sofre menos consequências negativas na empregabilidade do que outras identidades de gênero não cisgêneras. Entretanto, é importante acrescentar nessa discussão o escasso estudo sobre tais, em contraste da quantidade significativa de trabalhos sobre mulheres trans e travestis.

Mesmo entre os textos selecionados, todos são a respeito de pessoas trans em geral e poucos trazem dados específicos dos homens, o que denota um possível viés de interpretação. Ainda assim, apesar da população transexual masculina ter uma vantagem sobre os outros corpos dissidentes, está evidente o quão são submetidos a situações transfóbicas e o quanto isto reverbera em diversas instâncias da vida.

O preconceito, o estigma e a discriminação ocorrem a partir do seio familiar, se repetindo em ambientes acadêmicos e profissionais, e interfere diretamente na ocupação laboral destas pessoas, principalmente dos jovens negros e pardos. Desde a expulsão de casa até a evasão escolar, as consequências são trans com baixa profissionalização, em estado grave de vulnerabilidade social, sem renda para se sustentarem e sem rede de suporte para apoiá-los e ajudá-los a enfrentar os desafios de não corresponder aos padrões cisheteronormativos no Brasil.

Dentre as possíveis intervenções para enfrentar o cenário exposto, as evidências científicas apontam para a necessidade de mais estudos que objetivam entender as demandas específicas e os impactos da transfobia na renda e no trabalho, além da construção de políticas públicas voltadas para o ambiente escolar, familiar, social, religioso e laboral. Também atestam a importância do apoio da família, dos amigos e da sociedade para que estas pessoas, apesar de toda violência e injustiça ao qual são submetidas, tenham resiliência ao enfrentá-las.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL. AOTA. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, 3 ed., p. 1-49, jan./abril 2015.

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION. AOTA. Occupational therapy practice framework: domain and process. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 56, p. 609-639, 2002.

BENEVIDES, B. G. (org). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRANHOLM, I. B.; FUGL-MEYER, A. R. On non-work activity preferences: relationship with occupational roles. **Disability and Rehabilitation**, v. 16, p. 205-216, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03 dez. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DE RONDÔNIA E ACRE. **CREFITO-18**. Definição Terapia Ocupacional. Disponível em: <https://crefito18.com.br/index.php/definicao-2/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE BAHIA. **CRP-03**. Psicologia, sexualidades e identidade de gênero: guia de referências técnicas e teóricas. Salvador, 2018. Disponível em: <https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CRP03-Cartilha-Psicologia-Sexualidades-e-Identicidades-de-G%C3%AAnero-1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CORDEIRO, J. J. R. **Validação da Lista de Identificação de Papéis Ocupacionais em pacientes portadores de doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Gerontologia, Universidade Federal de São Paulo, Brasil, 2005. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/12602/1/Vanessa%20Idargo%20Mutchnik.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CORTES, H. M. Therapeutic itinerary of trans men from northeastern Brazil. **Transgender Health**, n. 4, v. 7, p. 357-363, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9398475/?report=reader>. Acesso em: 23 set. 2023.

FERREIRA, O. S.; VICENTE, Z. C. M. Capitalismo financeiro, globalização e transformações no mundo do trabalho. **Pensar Acadêmico**, 2016. Disponível em: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/22/1490>. Acesso em: 03 dez. 2023.

GARCIA, C. C.; SILVA, F. M.; SANCHEZ, M. H. Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 138, p. 321-341, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qqQVBMm8rxh4k3JRVnfxMPG/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2023.

GOMES, S. M. *et al.* Food insecurity in a Brazilian transgender sample during the COVID-19 pandemic. **PLOS ONE**, 10 maio 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10171619/?report=reader>. Acesso em: 23 set. 2023.

GUADAGNIN, F. *et al.* The Impact of the COVID-19 Pandemic on the Lives of People With Gender Dysphoria. **Frontiers in Public Health**, v. 10, jul. 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9298877/?report=reader>. Acesso em: 23 set. 2023.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: A pessoa transgênero entre a transgressão e o cumprimento das normas de gênero. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 nov. 2023.

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, v. 16, fev. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LOPES, R. A. G. Você não responde ao perfil: representações sociais sobre o mercado de trabalho para transexuais. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, n. 9, v. 3, p. 351-363, 2020.

MUTCHNIK, V. I. **Papéis Ocupacionais e Senioridade**. Dissertação de Mestrado em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC, São Paulo, Brasil, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/12602/1/Vanessa%20Idalgo%20Mutchnik.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

OAKLEY, F. *et al.* The role checklist; development and empirical assessment of reliability. **The Occupational Therapy Journal of Research**, v. 6, p. 157-170, 1986.

PIZARRO, A. Z. *et al.* Consideraciones en población transgénero respecto a la infección por VIH, terapia antiretroviral, profilaxis preexposición (PreP) e interacción con tratamiento de reafirmación de género. **Rev Chilena Infectol**, n. 39, v. 2, p. 149-156, 2022. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-10182022000200149&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 23 set. 2023.

POCHAMANN, M. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 139, p. 309-330, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nGzLpfZ3XpXFVcWbhTQkFBB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2023.

REIS, T. (org). Identidade e expressão de gênero. *In*: REIS, T. (org). **Manual de comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / Gay Latino, p. 25-33, 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SENNE, E. R. *et al.* Self-reported health conditions, quality of Primary Health Care associated factors according to sexual and gender minorities. **Medicina (Ribeirão Preto)**, n. 55, v. 4, 2022.

SILVA, M. A.; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. S. M. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 25, v. 5, p. 1723-1734, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DbBMCHS9t6QMC5YtYSQnCcP/>. Acesso em: 23 set. 2023.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VIEIRA, T. M. **A sede de uma das maiores Paradas LGBT do mundo: o Brasil é um destino seguro para LGBTs?**. Trabalho de Conclusão de Curso em Turismo, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba-SP, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14495/Trabalho%20de%20Conclusao%20o%20de%20Curso%20-%20Thalita%20de%20Moraes%20Vieira%20\(1\)%20\(1\).pdf?sequence=1](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14495/Trabalho%20de%20Conclusao%20o%20de%20Curso%20-%20Thalita%20de%20Moraes%20Vieira%20(1)%20(1).pdf?sequence=1). Acesso em: 04 dez. 2023.